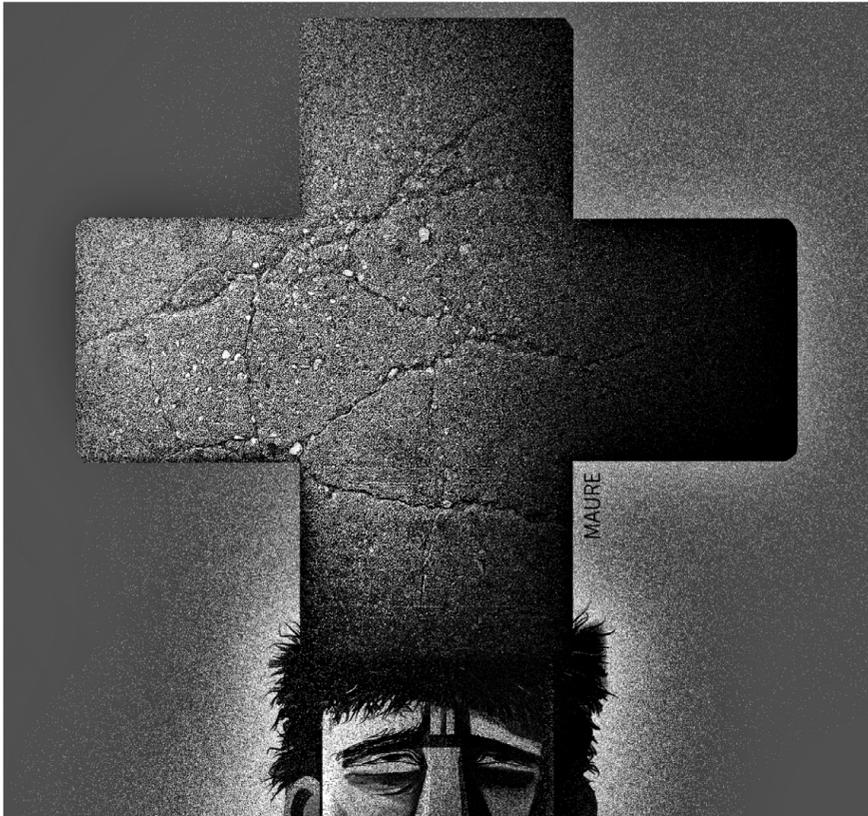


O trabalho dos enfermeiros

» JOSÉ PASTORE

Professor de relações de trabalho da Universidade de São Paulo. É Presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP. É membro da Academia Paulista de Letras



Há vários anos, os enfermeiros pleiteiam uma elevação e uma unificação nacional do seu piso salarial. Em reunião relâmpago e com voto simbólico, o Senado Federal aprovou na semana passada o Projeto de Lei 2.564/2020, que fixa um piso nacional de R\$ 4.750 mensais, quando a média salarial da categoria está em torno de R\$ 3.000.

Do ponto de vista social e humano, isso tem amparo total. Trata-se de profissão que exige dedicação diuturna e atenção extrema a cada minuto do seu trabalho. Nada mais justo do que gratificar adequadamente quem se doa para curar e salvar o próximo.

Ocorre que uma elevação abrupta do piso salarial por lei repercutirá de maneira dramática na economia das instituições de saúde, pois, nelas, o peso do fator trabalho nas despesas gerais é enorme. Usando estimativas conservadoras da Associação Nacional dos Hospitais Privados, os hospitais públicos teriam um aumento dos gastos da ordem de R\$ 6,4 bilhões e os particulares, de R\$ 12 bilhões por ano.

Está aí mais um doloroso dilema. Os hospitais públicos não dispõem de orçamento para enfrentar uma despesa tão gigantesca, o que deveria ter sido observado pelos senhores senadores que têm a responsabilidade de indicar as fontes de custeio para dispêndios adicionais.

Os hospitais privados não têm condições de repassar tais despesas aos planos de saúde ou aos pacientes em vista do grave desemprego e da alta informalidade.

Só para ilustrar, o piso aprovado seria maior do que o salário médio dos enfermeiros de vários estados em mais de 50%. Em Minas Gerais, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Amazonas e Piauí, ultrapassaria os 60%. No Amapá, em Rondônia e no Sergipe, quase 80%. E em Roraima, Pernambuco, Acre e Paraíba, mais de 100%.

Essa é a triste realidade. Para os hospitais públicos e privados, é inviável honrar um aumento abrupto de 60% em média na folha de salários dos enfermeiros. Sem dizer que isso terá repercussões também para as clínicas, ambulatórios e laboratórios, ou seja, para todo o sistema de saúde do Brasil.

Voltando ao ponto inicial, os enfermeiros merecem mais do que isso. Mas estamos no momento em que as instituições de saúde enfrentam graves problemas com o forte aumento de energia, medicamentos, vacinas, equipamentos etc. Nos hospitais privados, o acréscimo de custo levará muitos a encerrar suas atividades, com um grave prejuízo à população, lembrando que, nos últimos 10 anos, houve uma redução de 40 mil leitos privados. As Santas Casas,

igualmente, enfrentam dificuldades imensas para continuar de portas abertas e atender os mais vulneráveis. Se, eventualmente, se reduzir a jornada, o impacto será catastrófico.

Do ponto de vista trabalhista, os pisos salariais são mais bem acertados por meio das negociações coletivas que permitem fazer ajustes em função das peculiaridades das várias situações de trabalho. O Brasil é muito heterogêneo. O que é viável em um município pode não ser em outro. A negociação coletiva tem a vantagem de atender as especificidades das categorias profissionais e das instituições de saúde, o que é impossível fazer por meio de uma regra rígida e fixada por lei para todo o território nacional.

A Constituição Federal tem um princípio sábio quando estabelece que “o piso salarial deve ser proporcional à extensão e à complexidade do trabalho” (art. 7º, Inciso V). Para atender esse princípio e respeitar as particularidades de cada situação econômica, nada melhor do que a negociação coletiva.

Por isso tudo, penso que o assunto merece conduta serena e análise objetiva por parte dos deputados federais que, agora, têm a responsabilidade de dar sua opinião final. Convém submeter o tema à análise das comissões de economia e finanças que costumam basear seus pareceres na análise da realidade.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Thêmis, a deusa protetora dos poderosos

Notório saber é tudo que não é preciso para um candidato ocupar uma vaga no mais alto tribunal do país. Essa deficiência, vista em muitos titulares do presente, é facilmente contornada com a possibilidade de contratação ilimitada, pelo gabinete do escolhido, dos mais ilustres profissionais do direito, o que torna a tarefa de envergar a toga e caminhar pelos labirintos da Justiça, com toda a pompa e circunstância, uma tarefa mais fácil do que tirar pirulito de criança.

Com isso, fica claro que o verdadeiro ministro está oculto, na equipe montada dentro do gabinete, ficando a cargo do titular apenas a leitura do parecer, previamente elaborado. Essa realidade ficaria ainda mais exposta ao público em geral, caso o candidato fosse sabatinado nos moldes como ocorre nos Estados Unidos, onde não é possível ascender à Suprema Corte em caso de carências e lacunas no saber jurídico.

Entre nós, a indicação do candidato, pelo chefe do Executivo e sua posterior sabatina, feita de maneira superficial e vaga, está na raiz dos problemas e das contramarchas que a sociedade hoje assiste nas decisões da Corte. Há, de fato, uma contaminação, do tipo ideológica e partidária, visível no modelo de aprovação para esse tão elevado cargo e de vital importância para o país.

A “descondenação” do ex-presidente e ex-presidiário Lula da Silva, bem como o desmanche de toda a Operação Lava-Jato são exemplos desse descompasso gerado ainda na escolha do candidato e que produzem decisões e sentenças que têm deixado a população de cabelo em pé.

A reversão da prisão em segunda instância e todo o chamado garantismo jurídico que parece guiar a atual formação da Corte escondem, entre suas causas primeiras, a pouca ou nenhuma seleção feita para o assento na Suprema Corte. A não criminalização da política, como deixou claro em sua sabatina o último escolhido para esse Olimpo, ao soar como o cântico das sereias aos ouvidos dos políticos, abre, como um mantra, as portas desse novo paraíso almejado por muitos.

Dizer também que, atrás de todo criminoso e político se abriga um ser humano que deve ser respeitado em sua integridade pessoal, mesmo que não colabore para a efetivação da lei, como deve ser, ainda abre brechas para o continuísmo dos casos escabrosos de corrupção que rói o país pelas beiradas.

Também a caracterização do indicado como sendo um indivíduo terrivelmente evangélico, apoiado, inclusive, pelos mais controversos e espertos pastores dessas congregações, pode ajudar o chefe do Executivo a angariar votos entre os devotos dessa religião, mas deixa de lado não só a laicidade do Estado, como abre caminho para tornar essa alta corte numa espécie de puxadinho do templo religioso.

Notório mesmo pode não ser o saber jurídico desses novos membros da Suprema Corte, mas um fato por demais confirmado: quase todos os ministros que compõem a atual formação do Supremo jamais votaram contra os interesses de seus padrinhos e daqueles que formam o grupo político deste. O aparelhamento político da corte tem peso maior do que qualquer notório saber jurídico.

É o que está à vista de todos, e não há como esconder esses fatos do cidadão comum. Thêmis, a deusa da Justiça, deveria, para atualização dos caminhos tomados por nosso direito atual, deslocar a venda que cobre seus dois olhos, deixando apenas um deles em coberto. Faria todo o sentido.

» A frase que foi pronunciada

“Quando se tira o voto ao povo, o povo é expulso do centro para a periferia da história, perde o pão e a liberdade, o protesto passa a ser agitação e a greve, rotulada de subversão.”

Ulysses Guimarães, deputado federal

Abuso dos cartórios

Há cartórios na cidade que são campeões em erros, trazendo prejuízo financeiro aos cidadãos. Além da demora para a emissão do documento, o contribuinte é obrigado a cobrir os custos se atrasar em qualquer quesito. O interessante é que o cartório erra diversas vezes, declara que foi erro próprio e sem cerimônia. Fica a dica para os distritais que se interessarem em estudar o caso.

Perigo e prevenção

Está na hora de a Defesa Civil e os Bombeiros verificarem

a situação de segurança nas salas comerciais nas entrequadradas. Na 213 Norte, Bloco D, por exemplo, um supermercado instalou várias caixas d'água na laje que não foi construída para esse fim.

Violência consentida

Mais uma vez, o desequilíbrio entre o poder policial e o poder judicial atinge as vítimas. Quando o criminoso recebe a liberdade pela Justiça, todos os inocentes correm risco. A vítima da policial ciumenta é mais uma prova disso. Assistimos ao segundo ataque. Vamos aguardar pelo terceiro?

Prudência e canja de galinha

» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO

Consultor em estratégia

Na última segunda-feira, foi divulgada uma nova pesquisa da AtlasIntel com informações muito interessantes para ajudar a entender a conjuntura política e identificar algumas tendências. No quesito avaliação do governo Bolsonaro, o destaque foi que, pela primeira vez, desde o início de seu mandato, seus percentuais de ótimo e bom ficaram abaixo do piso de 20%. Isso provocou um verdadeiro frisson na oposição e na mídia em geral, com afirmações considerando que o presidente seria carta fora do baralho na disputa em 2022.

Porém, na mesma pesquisa, há uma informação cuja relevância foi relativizada ou mesmo desconsiderada. Refiro-me aos 29% que declaram continuar aprovando seu desempenho. Ou seja, a figura do presidente consegue ter uma aprovação 10% superior à recebida por seu governo. Essa aparente contradição, na verdade, revela que Bolsonaro, apesar dos graves problemas da gestão governamental, ainda detém um grande potencial político e eleitoral.

Foi testada também a imagem de 12 líderes com base em dois critérios: positiva ou negativa. Nesse quesito, todos os nomes apresentados obtiveram um saldo negativo, com o percentual negativo superior ao positivo. E quando se observa a série histórica, apenas Lula e Sergio Moro apresentam crescimento constante, sendo o primeiro no período iniciado em maio de 2020 e o segundo, desde setembro de 2021.

Vale a pena também comparar as respostas a duas perguntas feitas separadamente. Manifestaram-se a favor do impeachment de

Bolsonaro 55,8% e 39% contra. Já em relação à prisão de Lula, um rigoroso empate em 44,9% entre quem é a favor e quem é contra.

Outro dado interessante diz respeito às respostas sobre o maior problema do Brasil hoje em dia. Na primeira posição, aparece a corrupção (21,4%), seguida por pobreza e desigualdade social (19,3%), em terceiro lugar, inflação/alta dos preços (16,7%). Nas três posições seguintes, aparecem impostos altos e Estado ineficiente (9,8%), desemprego (6,8%) e crescimento econômico (6,5%). Na divulgação da pesquisa foram agregados os percentuais dedicados aos temas econômicos, totalizando 59,1%.

É legítimo fazer tal somatório, mas chama a atenção que corrupção apareça em primeiro lugar, resultado bem diferente do apontado em pesquisas recentes realizadas por outras empresas. Como o levantamento foi feito entre 23 e 26 de novembro, minha hipótese é de que pode ser um efeito colateral da entrada de Sergio Moro na corrida eleitoral, reavivando um sentimento latente em parcela significativa da população.

Na terça-feira, em complemento aos dados divulgados na véspera, tomamos conhecimento dos resultados colhidos sobre a intenção de voto para a Presidência. Nela, fica clara a confirmação da liderança de Lula (42,8%), em viés de alta, e o segundo lugar de Bolsonaro (31,5%), em viés de baixa. A novidade é o terceiro lugar de Sergio Moro (13,7%), bem distante dos demais concorrentes: Ciro (6,1%) e Dória (1,7%).

Aqui, é possível confirmar algumas tendências. A primeira é a chegada muito forte

do ex-juiz à disputa. Seus movimentos recentes continuam permitindo inferir que continuará em processo de crescimento, atraindo parte de indecisos, mas também aquela parcela até então órfã de uma candidatura competitiva da chamada terceira via. É importante observarmos também que, mesmo em queda, o presidente ainda consegue se manter no patamar superior a 30%. Parte disso decorre do competente manejo das redes sociais, em que o presidente e seus assessores continuam dando as cartas.

Porém, há alguns meses, está em curso uma estratégia complementar: conceder entrevistas diárias a rádios de cidades do interior. Preparadas previamente com todo esmero, elas têm garantido um crescimento da presença e da liderança política do presidente nessas regiões. Ao fazer tal movimento, está levando em conta que 52% do eleitorado brasileiro reside nos municípios com menos de 50 mil eleitores.

É claro que, faltando pouco mais de 10 meses para o pleito, ainda poderão surgir novidades. Ciro Gomes será capaz de sair da sinuca em que se encontra ou veremos o PDT abandonar sua candidatura para apoiar Lula? Dória conseguirá reverter os altos níveis de rejeição, inclusive em SP, ou precisará desistir e apoiar outro nome? Qual será o peso relativo do União Brasil fruto da fusão DEM-PSL? E ainda temos os recém-lançados Rodrigo Pacheco e Simone Tebet. Por tudo isso, recorro aos versos de Jorge Benjor na música *Engenho de Dentro*: “Olha aí meu bem, prudência e dinheiro no bolso, canja de galinha não faz mal a ninguém”.

» História de Brasília

Quando o engenheiro esperava sua visita, foi informado de que voltara ao Rio, e “só depois ele vai ver os esqueletos dos prédios”. (Publicada em 15/2/1962)